



1º Encontro Regional do MPM é realizado em Porto Alegre



Promotores e procuradores se reúnem durante uma semana no Hotel Plaza São Rafael

págs. 4 e 5



MPs assinam convênio com a Receita Federal

A procuradora-geral Marisa Cauduro e o Presidente do CNPGJ Nedens Ulisses Freire recebem o secretário-adjunto da Receita Federal Jorge Antônio Rachid para assinatura do termo.

pág. 7

Sede da PJM é inaugurada

A Procuradoria da Justiça Militar no Distrito Federal ganha novas instalações.

pág. 6



Seções

MPM na Mídia pág. 2

MPM em Ação pág. 3

Ainda nesta Edição

Mesa redonda na TV Justiça pág. 6

Perfil: Cláudia Rocha Lamas pág. 3



MPM na Mídia

Atuação do MPM durante as Eleições 2002

A possibilidade de ações organizadas por traficantes ameaçarem a segurança nas eleições do primeiro turno levou a governadora Benedita da Silva a pedir o apoio de contingentes federais ao presidente Fernando Henrique Cardoso, que atendendo à solicitação determinou o emprego constitucional de Tropas das Forças Armadas para o controle da legalidade e da ordem pública no Rio de Janeiro durante as eleições.

Em virtude dos fatos, a procuradora-geral da Justiça Militar, Marisa Terezinha Cauduro da Silva, instituiu o serviço de plantão extraordinário na Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro, no período de 4 a 7 de outubro de 2002, com a finalidade de assistir e acompanhar eventuais procedimentos de Polícia Judiciária Militar, de ofício ou mediante solicitação das autoridades competentes, junto ao Comando Militar do Leste e Comando do Exército.

Designou, ainda, os procuradores de Justiça Militar Arílma Cunha da Silva e Cezar Luís Coutinho, bem como os promotores Ailton José da Silva e Ione de Souza Cruz, para comporem Grupo-Tarefa na PJM/RJ.

No restante do país, também foram instituídos serviços de plantão extraordinário em todas as Procuradorias da Justiça Militar para atuação em caso de necessidade.

Fernandinho Beira-Mar não pode cumprir pena em presídio militar

Muito se cogitou na mídia quanto à possibilidade do traficante Fernandinho Beira-Mar cumprir pena no presídio da Marinha, na Ilha das Cobras.

Em razão das notícias e declarações veiculadas na imprensa sobre a hipótese de sua transferência da penitenciária comum do Rio de Janeiro para presídio militar, a procuradora-geral da Justiça Militar, Marisa Cauduro esclareceu em nota oficial que, segundo pesquisa realizada nos arquivos e bancos de dados da Justiça Militar, Luiz Fernando da Costa - *Fernandinho Beira-Mar* - não é acusado e nem responde a processo ou inquérito na Justiça Militar da União e que as instalações prisionais - presídios e prisões - das Forças Armadas são destinadas a custodiar militares em cumprimento de penas disciplinares ou de prisão determinada pelas justiças militar ou comum.

A procuradora-geral explicou que o civil só poderá ser mantido preso em instalação prisional militar em decorrência de prática de crime militar, após ordem judicial expedida por juiz-auditor ou pelo Superior Tribunal militar - STM, situação, portanto, que Fernandinho Beira-Mar não se enquadra.



Ministério Público da União • Ministério Público Militar • Procuradoria-Geral da Justiça Militar

Marisa Terezinha Cauduro da Silva
Procuradora-Geral da Justiça Militar

Edmar Jorge de Almeida
Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar

Carlos Frederico de Oliveira Pereira
Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão

Péricles Aurélio Lima de Queiroz
Corregedor-Geral

Berta Martha Wernik
Chefe de Gabinete

Pedro Alberto da Silva Alvarenga
Diretor-Geral

MPM notícias

Informativo do Ministério Público Militar

Publicação de circulação dirigida, editada pela Assessoria de Comunicação Institucional da Procuradoria-Geral da Justiça Militar.

Jornalista
Solange Pereira Pinto
DRT/4781/14/80/DF

Editoração
Felipe Cruxen Godinho

Impressão
Barbara Bela Editora Gráfica

Endereço: SAUS Quadra 3 Bloco J - 70.070-25 - Brasília-DF
Internet: www.mpm.gov.br
E-mail: ascom@mpm.gov.br
Tel.: (61) 313.6108/6107
Fax: (61) 321.7317.



MPM em Ação

A convite do coronel-aviador Amauri Alves, o procurador de justiça militar Samuel Pereira falou para cerca de 60 oficiais na Base Aérea de Salvador sobre Inquérito Policial Militar. O palestrante abordou os aspectos, que na prática oferecem maiores dúvidas, como por exemplo os reflexos da Constituição de 1988 no Código de Processo Penal Militar. “Muitas vezes, o militar encarregado do inquérito não possui formação jurídica, o que implica em certas dificuldades. Por isso, acredito que a orientação e a troca de experiências é importante para auxiliar na conduta dessa indispensável atividade”, analisa Samuel. No mesmo evento, o juiz-auditor João Alfredo Portela explanou a respeito de prisão em flagrante. Após as palestras foi aberto debate no qual o público pode esclarecer vários questionamentos.



Em outubro, a procuradora-geral, Marisa Cauduro, foi entrevistada pela rádio FM Verde Oliva e disse, dentre outros temas, sobre a importância da atuação dos membros do Ministério Público junto à Justiça Militar. A rádio Verde Oliva está no ar desde abril deste ano e tem a proposta de informar e conscientizar a população sobre o trabalho desenvolvido pelo governo em várias áreas, particularmente a militar. “Queremos nos inteirar mais com a sociedade, transmitindo informações oportunas e transparentes, e tentando estimular hábitos de cidadania que estão esquecidos”, disse o general Gleuber Vieira, comandante do Exército, ao anunciar a nova rádio.



O MPM Notícias está na internet. Visite o nosso site no endereço www.mpm.gov.br

Já estão em atividade as comissões especiais designadas para promoverem as licitações de contratação de empresas para construção das sedes próprias das Procuradorias da Justiça Militar de Curitiba e de Manaus.



A juíza federal da 17ª vara, Maisa Giudice, nega segurança ao mandado impetrado pelo procurador Marcelo Weitzel Rabello de Souza contra ato da procuradora-geral Marisa Cauduro, por considerar pertinente sua atitude de anular os atos, observados ilegais, praticados na outra gestão. O mandado de segurança tinha por objetivo que fossem invalidadas as portarias da PGJM nº 80, 81 e 82, emitidas em 22 de abril deste ano, que tornaram nulos atos praticados pela anterior procuradora-geral como: a criação do Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade de Polícia Militar - NICE, concurso e ato de remoção para procurador do 2º Ofício do DF



Na próxima edição do MPM Notícias você verá a cobertura da solenidade de comemoração dos 82 anos do MPM e, ainda, visita oficial de intercâmbio à Angola realizada, no final de outubro, pela delegação da Procuradoria-Geral da Justiça Militar do Brasil.

O 8º Seminário Internacional, promovido em outubro pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM, no Maksoud Plaza em São Paulo contou com a participação de vários membros do MPM: Nelson Senra, Adriana Lorandi, Marcelo Weitzel, Maria de Lourdes Sanson, Jorge Melgaço, Clementino Rodrigues, Najla Palma, Jaime Miranda, Antonio Carlos Facuri e Luís Grigoletto que puderam conferir, entre outros, temas como: *Prisão Cautelar; Tóxicos; Crimes Políticos; A Mídia e a Dramatização do Crime; A ONU e o Combate à Criminalidade Transnacional; Acesso à Justiça e Construção da Cidadania.*



O 96º International Military Course on the Law of Armed Conflict, realizado em San Remo, Itália, proporcionou aos 21 participantes – representantes do Brasil, Chile, Peru, Espanha, República Dominicana, México, Equador e Argentina – a oportunidade de conhecer e desenvolver os princípios de direito humanitário, assunto em destaque na atualidade em razão da presença de conflitos armados no mundo, e de vítimas que aguardam proteção. Os principais temas debatidos no evento giraram em torno dos princípios gerais de direito humanitário aplicados em situações concretas, baseados em exercícios sugeridos e desenvolvidos em grupo. O procurador Giovanni Ratacaso e a promotora Helena da Mota, membros do Ministério Público Militar - MPM, participaram do curso. Na opinião da promotora o curso foi enriquecedor. “O curso se desenvolveu em excelente nível de debates e amistoso relacionamento entre os participantes”, diz Helena Mercês da Mota, da procuradoria da Justiça Militar, em Bagé-RS.



MPM realiza seu 1º Encontro Regional



Promotores e procuradores no debate de vários temas

O mês de setembro foi marcado pela realização do 1º Encontro Regional do Ministério Público Militar – MPM. Pela primeira vez a instituição realiza um evento com o objetivo de promover a integração regional dos seus membros, entre si, e com os órgãos da administração superior. Porto Alegre foi o local escolhido para reunir os integrantes das Procuradorias da Justiça Militar que inauguram esse acontecimento.

Ao todo, 18 promotores e procuradores de Bagé, Santa Maria, Curitiba, São Paulo e Porto Alegre estiveram juntos, durante uma semana, no hotel Plaza São Rafael, com a procuradora-geral Marisa Cauduro, o vice-procurador-geral Edmar Jorge, o corregedor-geral Péricles de Queiroz, o coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão Carlos Frederico, para debater temas atuais e, também, de interesse funcional.

A conferência de abertura – Novas Perspectivas do Ministério Público Militar - contou com a participação do vice-procurador-geral Edmar Jorge, que trouxe questões importantes para o debate como: o fortalecimento dos órgãos do MPM; o aperfeiçoamento e especialização em áreas de interesse institucional; o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais; a participação efetiva em iniciativas de reformas legislativas e institucionais; e a qualificação ininterrupta de membros e servidores. Ele enfatizou, ainda, os novos paradigmas: o novo perfil institucional do MPM e a violação dos direitos humanos – o Direito Humanitário.

Durante o encontro, seis painéis conduziram os trabalhos que, na visão da procuradora-geral, atenderam satisfatoriamente às expectativas da coordenação do evento. “Acredito que, de maneira transparente e franca, trouxemos à pauta,

temas que propiciaram a troca de experiências e evidenciaram peculiaridades da atuação do nosso órgão. Tivemos a oportunidade de iniciar o diálogo para que todos colocassem abertamente suas posições e questionamentos. Sem dúvida, esse primeiro encontro vai contribuir para o aprimoramento contínuo da instituição e das relações amistosas entre membros e instâncias. Certamente, outras oportunidades de integração virão e, brevemente, estaremos realizando o segundo encontro em outra região”,

disse Marisa Cauduro.

Os participantes também elogiaram a iniciativa. Na opinião da promotora Andréa Marangoni Muniz, de São Paulo é importante identificar os problemas das outras regiões. “A gente muitas vezes não tem conhecimento sobre as dificuldades e peculiaridades de lugares que não atuamos diretamente. Porém, junto se pode chegar a uma solução, forma de sanar um problema e até mesmo de agir diante de determinados fatos. Esse encontro proporcionou uma troca valiosa de informações e experiências. E, ainda, obtém-se o posicionamento, a visão e o pensamento da instituição, isso é sempre bom”, avalia Andréa Muniz.

Para mais detalhes sobre o encontro acesse www.mpm.gov.br na seção Notícias/Eventos.



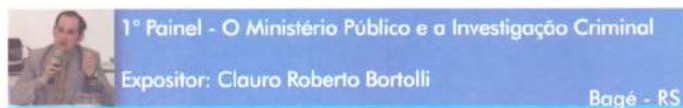
vice-procurador-geral Edmar Jorge de Almeida na Palestra de abertura

“Quando sonhamos sozinhos, é apenas um sonho...”. Quando sonhamos juntos... É o começo de uma Nova Realidade” (Dom Helder Câmara), finaliza o vice-procurador-geral.

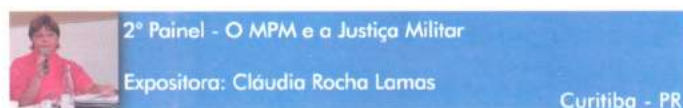


Expositores em debate:

A programação temática do encontro abordou uma série de conceitos, procedimentos, análise, atitudes, perspectivas, recomendações, enfim, uma gama de assuntos relativos ao Ministério Público Militar e à Justiça Militar, bem como competências e legislações envolvendo do direito penal militar. Veja abaixo o destaque de cada painel na visão do seu expositor.



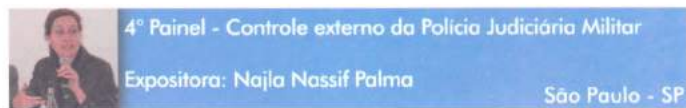
“Destaco a adequação dos órgãos do Ministério Público para se fazer investigação criminal, seja ela direta ou não. Esse é um assunto relativamente novo no MPM, que vem crescendo, e há algumas arestas a serem aparadas. A instituição precisa estar preparada para conseguir realizar efetivamente as investigações criminais, a partir, até mesmo, de um relacionamento mais efetivo entre os seus diversos órgãos. Quanto mais investigação elaborarmos em primeira instância, mais fatos surgirão e problemas a serem solucionados. Acredito que, só assim o Ministério Público realmente conseguirá atuar efetivamente nessa área”.



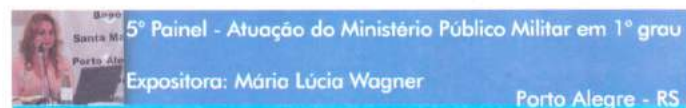
“Entendo que o interesse da sociedade, dentro da ótica do Ministério Público Militar, tem que ser realmente defendido com todos os mecanismos processuais, embora algumas suscetibilidades que possam ser geradas. A relação do Ministério Público com membros e servidores da magistratura deve ser a melhor possível e pautada sobretudo na Lei. Porque, quando a lei não é obedecida gera situações constrangedoras e que dificultam o exercício da justiça. Acredito que não é uma questão de quem vence ou quem perde, pois se as teses são defendidas de acordo com a lei, o princípio da legalidade deve prevalecer”.



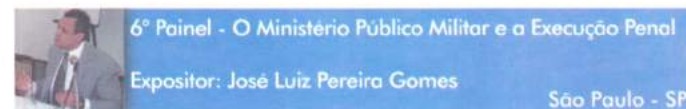
“A conclusão, até óbvia, é que com base nos dispositivos legais analisados, os membros do Ministério Público Militar podem e devem exercer as suas funções no processo militar, atuando tanto como órgão agente, quanto como órgão interveniente. Ou seja, ao mesmo tempo em que ele persegue a condenação do criminoso, ele tem que fiscalizar o cumprimento da lei, o código de processo, o código penal, evitando abusos, atos tumultuários do processo. Mesmo sendo acusador, pode até agir no interesse do acusado para que seja mantida a fiscalização da lei penal, e não podemos nos esquecer de exercer corretamente esses papéis”.



“É de extrema importância no nosso cotidiano essa função de controle externo da polícia judiciária militar, ainda pouco debatida e explorada. Parece-me que o mais relevante é que o Ministério Público Militar tenha uma estrutura administrativa e uma organização voltada para apoiar essa função. Por exemplo, uma forma de melhorar efetivamente o controle externo pode ser a criação de um sistema processual informatizado de controle de inquérito, o qual pudéssemos ter acesso e a alimentação de dados partindo inclusive das próprias unidades militares. Além disso, precisamos visitar estabelecimentos prisionais e inspecionar os documentos e os registros, mas a grande dificuldade é que a nossa polícia judiciária é extremamente descentralizada.”



“A violação dos direitos constitucionais envolvendo o cidadão militar é o ponto mais forte a se destacar. São questões relativas às normas de higiene e segurança dentro dos quartéis, os tipos de treinamento físico militar para os recrutas incorporados no serviço militar obrigatório. Esse é um ponto de urgência a ser avaliado, inclusive com o objetivo de promover um aumento da competência da Justiça Militar para abarcar futuras ações do Ministério Público.”



“O ponto mais importante a destacar é que embora as atividades do Ministério Público ainda sejam tímidas nas execuções penais, a necessidade de tomarmos a iniciativa é premente. Porque os juízes militares não dão vistas dos autos de execução e, procuram o máximo possível, deixar-nos alheios às execuções penais, sem condições de um acompanhamento mais efetivo. Então, a partir desse encontro, que foi muito proveitoso, o debate mostrou a necessidade de podermos tomar medidas urgentes e efetivas para o acompanhamento e a intervenção nas execuções penais”.

TV Justiça realiza mesa redonda com o MPM



Bastidores da entrevista

Mais uma vez, no mês de setembro, o Ministério Público Militar - MPM ganha espaço na TV Justiça. Dessa vez, em Porto Alegre, o programa *Conhecendo o Ministério Público* teve a mesa redonda, comandada pelo jornalista Flávio Damiani, que contou com a participação da procuradora-geral Marisa Cauduro, do vice-procurador-geral Edmar Jorge e do corregedor-geral Péricles Queiroz que falaram sobre as atividades do MPM, atuação dos membros da carreira, bem como esclareceram questões específicas a respeito de crimes militares.

Na opinião da procuradora-geral o público pode saber um pouco mais sobre a instituição e o seu papel

social, e ainda elogiou a iniciativa da TV Justiça. “Sabemos que a mídia tem o importante dever de levar à sociedade as informações técnicas de uma maneira mais clara e objetiva. Pudemos hoje falar a respeito de assuntos jurídicos, como crimes militares, sem comprometer o entendimento do público em geral. A meu ver a TV Justiça tem uma atuação fundamental na divulgação dos vários setores que compõem o judiciário como um todo”, diz Marisa Cauduro.

Para quem ainda não conhece, a missão da emissora é exibir com clareza as decisões do Judiciário e apontar ao cidadão os caminhos do Direito. Não é o propósito da TV Justiça competir com a programação das emissoras comerciais, mas dilatar a notícia e complementar a informação veiculada pela TV aberta. A programação da TV Justiça, coordenada pela equipe de comunicação do STF, é alimentada diariamente pelas diversas instituições do Judiciário e funções correlatas. O produto final, compartilhado numa linguagem previamente padronizada para evitar fragmentação, é distribuído pelas operadoras de TV por assinatura.

Para ver a programação da TV Justiça e seus canais em cada estado acesse: www.tvjustica.gov.br

Mais uma sede é inaugurada

No dia 18 de outubro foi inaugurada, na presença de autoridades civis e militares, a nova sede da Procuradoria da Justiça Militar – PJM em Brasília, que ocupava antes o prédio da subsede passando agora para um complexo de salas no Edifício Liberty Mall. A procuradora-geral no discurso abertura salientou a importância das procuradorias possuírem instalações independentes e adequadas para a realização das suas atividades.

“Estou satisfeita com mais essa realização. É importante verificar que o programa de adequação das instalações vem sendo cumprido dentro das melhores possibilidades, podendo afirmar que, hoje, o quadro contempla quase a totalidade das Procuradorias em imóveis de nossa própria gestão. Brevemente, a Procuradoria de Belém – a única a se utilizar dependência do Juízo militar – estará se transferindo para local distinto. É também propósito da atual administração construir, a partir do próximo ano, a sede própria e definitiva da Procuradoria hoje inaugurada em sede alugada”, afirma Marisa Cauduro.

O anfitrião, procurador Giovanni Rattacaso, antes de descerrar a placa, lembrou da época em que a procuradoria ocupava instalações no Superior Tribunal Militar –STM e ressaltou os esforços do MPM para dotar as procuradorias de sedes independentes.

“Registro nossa gratidão, de membros e servidores, à dra. Marisa e à sua competente equipe capitaneada pelo diretor-geral coronel Pedro Alvarenga que juntos lograram concretizar essa nossa antiga aspiração. Estou muito feliz com essa conquista”, ressalta Giovanni Rattacaso.



Giovanni Rattacaso e Marisa Cauduro inaugurando a sede.



Ministérios Públicos firmam convênios



Procuradores-gerais reunidos no Ministério Público Militar

No mês de outubro, a reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça – CNPGJ, realizada no auditório do Ministério Público Militar, foi marcada pela assinatura de quatro importantes convênios entre os Ministérios Públicos do país com as instituições: Agência Brasileira de Inteligência – Abin; Secretaria da Receita Federal – SRF; Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça – SDE; e Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda – SEAE.

A parceria firmada com a Abin consiste na viabilização de programas de capacitação de promotores de justiça, especialmente para os integrantes do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas – GNCOC. Já os convênios firmados com a SDE e SEAE, se voltam para o intercâmbio de informações relacionadas à defesa da ordem econômica, visando maior agilidade e efetividade nas ações de repressão às práticas de cartel. Com a Receita Federal o objeto é o fornecimento de acesso *on-line* às bases de dados dos sistemas de Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, com 63 milhões de pessoas ativas, e Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, com 13 milhões de registros, aos membros habilitados do Ministério

Público.

Outro ponto da pauta, foi a necessidade de realização de um encontro de membros dos MPs que atuam na defesa do patrimônio cultural brasileiro com representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e da Unesco. Tratarão, também, a respeito da sistematização e acompanhamento dos projetos de lei de interesse do Ministério Público, em particular a emenda constitucional de reforma do Poder Judiciário.



Senador eleito Demóstenes

Ao final da reunião, os procuradores cumprimentaram o colega Demóstenes Xavier Torres, ex-procurador-geral de Justiça do Estado de Goiás, recém-eleito senador pelo PFL/GO que emocionado disse: “É uma honra estar aqui e receber essa carinhosa homenagem. Sempre zelei pela boa imagem do Ministério Público no país, e agora, mais ainda, na condição de representante da sociedade reafirmo meu compromisso com a instituição da qual fiz parte e teci minha carreira profissional. Meu gabinete estará aberto e farei o que for preciso para defender o papel decisivo e preponderante que tem o Ministério Público na realização da justiça”, finalizou o senador Demóstenes.



Perfil: Cláudia Rocha Lamas

Carioca, formada em direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, a procuradora da Justiça Militar Cláudia Rocha Lamas, 41 anos, mãe de Felipe (19) e de Alexandre (14), nos conta como ingressou na carreira do Ministério Público Militar e de sua paixão pelas artes plásticas.

Do acaso à carreira – “Quando cursei a universidade, o direito penal militar não era matéria do currículo e eu desconhecía completamente a Justiça Militar. Até que um dia, ao preencher uma ficha de cadastro para comprar um carro, eu informei que era advogada. A atendente, aproveitando a ocasião, fez uma ‘consulta’ a respeito de um problema pelo qual passava e eu prontamente respondi. Uma semana depois ela me ligou, após pegar meu telefone no tal cadastro, para dizer que conhecia um rapaz que havia praticado um crime de natureza militar, que estava preso em um presídio do distrito naval e falou: ‘como ele não conhece nenhum bom advogado, e eu me lembrei da senhora...’ Para encurtar a história, eu que não conhecia nada dessa área, comprei o código penal militar, marquei com a família do rapaz no escritório e patrocinei a defesa dele na Justiça Militar.

Assim, nas freqüentes idas à Justiça para acompanhar a causa, soube pelo juiz-auditor que o Ministério Público Militar havia aberto concurso para ingresso na carreira e, incentivada por ele, estudei e tive a felicidade de ser aprovada em 1992”.

O percurso – No início, Cláudia Lamas, esteve em Manaus por três anos. Até que, em 1997 foi promovida à procuradora quando trabalhava em Recife. No entanto, apesar de estar em Curitiba há cinco anos, ainda não se sente plenamente adaptada. “Já me disseram que, em Curitiba, não seria só o aspecto do clima - frio - um complicador, mas também a cultura local mais reservada. Assim, para você quebrar o ‘gelo’ e conseguir sentir-se bem é realmente muito difícil, principalmente para uma carioca descontraída como eu. A cidade é impecável, em termos de organização e estrutura é muito bom morar em

Curitiba, mas eu ainda estranho muito o clima, pois o frio para mim é um sofrimento”.

Mudando o rumo – Porém, foi em Curitiba que a procuradora encontrou um outro caminho. “Eu gosto muito do direito, mas costumo brincar que o crime não compensa para ninguém, nem para quem é do Ministério Público (risos). Então, depois de tantos inquéritos, eu comecei a pintar. Eu que nunca havia desenhado uma cadeira, uma xícara, que não tenho noção de nada, que nunca estudei a teoria das cores, fui fazer pintura justamente para buscar fugir um pouco dessa realidade. Uso a técnica de óleo sobre tela com pincel e com espátula, e atualmente estou trabalhando aquarela. Ah, e o que faço com as minhas obras? Além das exposições que participo, decoro minha casa, a procuradoria, presenteio os servidores, e parece que todos gostam”.

Uma paixão – “A cor, a forma, os detalhes, as tintas, fazem da pintura uma arte que exige tanta afinação para você conseguir ser um bom pintor que ocupa completamente a cabeça. Nesse momento que me ocupo com a tela e a imagem que quero construir, esqueço-me completamente do lado triste do crime, das injustiças, da nossa impotência diante de tantas coisas da vida. É um momento que me percebo em total liberdade, é um prazer muito grande pintar. O artista é mais solto, mais livre! Adoro minha profissão, mas não abro mão desse hobby que me faz sentir mais leve.”



A entrevistada: Cláudia Rocha Lamas



Quadros pintados por Cláudia